

Adotando o ponto de vista do outro: George Herbert Mead, o assalto e a empatia tática

Diogo Silva Corrêa

Universidade de Vila Velha, Vila Velha, ES, Brasil

Este artigo explicita, à luz das noções de “adoção do papel ou da atitude do outro” de Mead e de “empatia tática”, de Bubandt e Willerslev, elementos que influenciam uma situação de assalto. Para isso, discute como a capacidade de assumir ou adotar o papel do outro ou de exercitar a “empatia tática” se apresenta, de modo distinto, em cinco etapas. Baseado em entrevistas feitas com pessoas que praticaram assaltos na cidade do Rio de Janeiro, o artigo apresenta um estudo, a partir do ponto de vista dos assaltantes, sobre técnicas de (1) adoção ou assunção do papel do outro (Mead), (2) detecção de suas vulnerabilidades (Bubandt e Willerslev) e (3) produção de “consentimento forçado”.

Palavras-chave: assalto, violência, George Herbert Mead, empatia tática, papel ou atitude do outro

Adopting the Other's Point of View: George Herbert Mead, Robbery and Tactical Empathy

explicita, in light of the notions of “adoption of the role or attitude of the other” by Mead and “tactical empathy” by Bundbant and Willerslev, elements that influence a situation of a robbery. To this end, it discusses how this ability to assume or adopt the role of the other or to exercise “tactical empathy” is presented, in a distinct way, in five stages. Based on interviews with people who carried out robberies in the city of Rio de Janeiro, the paper presents a study, from the point of view of the robbers, on techniques of (1) adoption or assumption of the role of the other (Mead), (2) detection of their vulnerabilities (Bubandt and Willerslev) and (3) production of “forced consent”.

Keywords: robbery, violence, George Herbert Mead, tactical empathy, other's role or attitude

Introdução

Este artigo parte de uma pesquisa junto a pessoas que praticaram assaltos na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, a pesquisa se voltava para o entendimento dos modos como pessoas situadas em uma forma de vida “desviante” ou “fora da lei” não conseguiam acessar a esfera jurídica e legal do Estado, mesmo diante de arbitrariedades e ações flagrantemente ilegais cometidas por seus agentes. Minha intenção era mostrar, entre outras coisas, como os moradores de comunidades ou favelas — Rocinha e Cidade de Deus, no caso específico da pesquisa — envolvidos em carreiras “desviantes” (BECKER, 2008), como aquelas propiciadas pelo narcotráfico ou pela prática regular do roubo e do assalto, não dispunham de acesso ao que Axel Honneth (2003, pp. 125-154) definiu como segunda esfera de reconhecimento, isto é, aquela referente a uma comunidade legal abstrata. Com isso, a pesquisa objetivava expor a presença de um relativo consenso, inclusive entre aqueles envolvidos em formas de vida extralegais, como ladrões e traficantes, de que só “trabalhadores” dispunham do “direito a ter direito”.

Acontece que, ao longo das entrevistas, sobretudo com assaltantes, reuni um considerável material a respeito do que Carolina Grillo (2013, pp. 160-172), na parte de sua tese dedicada à reflexão sobre o assalto à mão armada (“a prática do 157”), chamou de “tecnologia do roubo”, isto é, as “técnicas desenvolvidas [pelos assaltantes] para se aumentar a eficácia e reduzir os riscos inerentes aos roubos” (*Idem, ibid.*, p. 163). Ao observar os assaltantes dissertarem sobre assaltos, pude apreender de suas exposições intuições mais abstratas e gerais acerca do comportamento humano, mais precisamente “metafísicas da alteridade” (GELL, 1996) motivadas por sofisticadas elaborações acerca de como “capturar” o outro, ou seja, como dobrar outro humano à sua vontade.

Neste artigo, parto da hipótese de que a prática reiterada do roubo, como qualquer outra prática regular e sistemática, tende ao desenvolvimento de determinadas capacidades e habilidades (*skills*). Explorarei aquela atrelada ao conceito de “socialidade”, tal como George Herbert Mead o definiu certa vez, a saber, a “capacidade de ser várias coisas ao mesmo tempo” (MEAD, 1932, p. 49). Se, conforme Mead, todos os indivíduos que dispõem de um *self* são dotados dessa capacidade, argumento que ela, ainda assim, é desigualmente desenvolvida entre as pessoas. Minha sugestão é que se trata sobretudo de uma habilidade que se desenvolve de modo particular nos assaltantes, uma vez que, para o bom exercício de um assalto, eles são obrigados a empregar e aperfeiçoar o que Bubandt e Willerslev (2014) definiram como “empatia estratégica”. O que significa dizer que a prática do roubo e do assalto introduz, de modo particularmente intenso, uma espécie de imperativo de inclusão, em sua ação, do ponto de vista do outro. Trata-se de uma questão de sobrevivência. Sigo Bubandt e Willerslev e o próprio Mead ao tentar mostrar que o gesto de incorporação da atitude e do ponto de vista do outro, que pode ser pensado como um movimento empático, nem sempre tem uma conotação moral positiva ou virtuosa. Como veremos, assaltantes e ladrões manifestam o lado sombrio da empatia, isto é, a capacidade de adotar o ponto de vista do outro com a finalidade não de ajudá-lo ou de estabelecer com ele uma relação cooperativa positiva, mas de manipulá-lo, dominá-lo, em suma, dobrá-lo, se preciso por meio da força e da violência, à sua própria vontade.

Do ponto de vista empírico, essa capacidade de assumir ou adotar o papel do outro ou de exercitar a “empatia estratégica” se apresenta de modo distinto em cada etapa do processo do assalto, do qual falarei adiante. No entanto, cabe ressaltar que essa capacidade se revelava de modo particularmente intenso quando os assaltantes entrevistados enfatizavam a dimensão psicológica do roubo (cf. PRADO, 2020; CAMINHAS e BEATO, 2020), notadamente quando apresentavam modos e maneiras aprendidas de “enquadramento” e domínio da vítima. Eles costumavam, inclusive, utilizar uma expressão de praxe quando se referiam a tal *modus operandi*: “entrar na mente” ou “trabalhar com a mente”¹. De modo didático, era comum, ao longo das entrevistas, assaltantes me explicarem como, para o bom exercício da atividade do assalto, era preciso antecipar o máximo possível os movimentos da vítima e ser capaz de perceber, em indícios infinitesimais, possíveis movimentos e

comportamentos. Só a partir disso seria possível “trabalhar com” ou “entrar na mente” da pessoa a ser dominada. Segundo eles, o assalto ideal seria tributário do bom exercício dessa capacidade de ser, para retomar a expressão de um dos entrevistados, “terrorista e psicólogo ao mesmo tempo”.

Em função disso, meu objetivo se tornou explicitar, à luz das noções de “adotar o papel ou a atitude do outro” (MEAD, 1932) e de “empatia estratégica” (BUNDBANT e WILLERSLEV, 2014), elementos que possam servir para a compreensão das técnicas que os assaltantes exprimem para “entrar”, “trabalhar” e “ler” a mente de suas vítimas, tecendo, como observou Grillo (2013, p. 163), “algumas considerações sobre a situação de anúncio do assalto e subjugação da vítima”.

A seguir, farei uma breve apresentação do conceito de “adotar a atitude ou a perspectiva do outro” de Mead e do que Willerslev e Bubandt concebem como empatia tática. Em seguida, falarei sobre as fases do assalto, descritas pelos próprios assaltantes, mostrando como em cada uma delas eles adotam a atitude ou ponto de vista do outro e, assim, mobilizam uma identificação empática de ordem tática. Com isso, pretendo produzir um estudo a partir do ponto de vista dos assaltantes — e não das vítimas — sobre técnicas de (1) adoção ou assunção do papel do outro (Mead), (2) detecção de suas vulnerabilidades (Bubandt e Willerslev) e (3) produção de “consentimento forçado”. Este artigo, desse modo, também pode ser tratado como uma contribuição à discussão, proposta por Francis Chateauraynaud (2017), sobre o que seria uma pragmática das relações de captura (*relations d'emprise*).

O eu como outros

Não acredito ser possível compreender o assalto e todas as técnicas que ele envolve sem ter clareza acerca da dimensão social da constituição da mente (*mind*) ou do *self* em George Herbert Mead. Entender esse processo, creio, nos ajuda a compreender como é possível uma pessoa — no caso, o assaltante — antecipar o ponto de vista de outra — no caso, da vítima — de modo a dobrá-la à sua vontade, sem que para isso seja preciso incorrer em conceitos demasiadamente esotéricos e desnecessariamente metafísicos. A questão que aqui trago, via Mead, é: como pode ser plausível adotar a atitude ou o ponto de vista de uma outra pessoa — ou “entrar” na mente dela, para a expressão nativa? Argumento, em primeiro lugar, que não se trata de uma projeção imaginativa em primeira pessoa de si próprio na perspectiva do outro.

Como aponta Mcveigh (2016), o problema do acesso à mente do outro na filosofia ocidental pode ser traçado desde a filosofia de René Descartes — muito embora todos saibamos que os pontos de vista de Descartes são “em grande parte vistos como imprecisos e ultrapassados nos dias de hoje, seu sistema metafísico enraizou firmemente a crença de que a existência de outras mentes é duvidosa e está além da certeza absoluta” (*Idem, ibid.*, p. 212). Mais do que isso, seu sistema legou a ideia de que o máximo

que podemos fazer em relação a outras mentes é especular, solipsisticamente, a partir dos termos estabelecidos pela nossa. Ora, se a única certeza absoluta que podemos ter, segundo Descartes, é a respeito da existência do nosso eu, o eu do outro pode ser conhecido, no máximo, por meio da projeção especulativa e imaginária do nosso próprio eu. Nesse caso, o solipsismo é a regra e o conhecimento da alteridade, a exceção. Por isso, em uma acepção cartesiana, a única forma de compreender o que o assaltante faz no exercício de sua técnica de subjugação do outro à sua vontade é aplicar projeções imaginárias que visam antecipar possíveis reações da vítima. Se isso é verdade, trata-se de um salto no escuro pautado simplesmente por um ato de imaginação desencarnada.

De modo distinto, meu objetivo aqui é mostrar como Mead, ao inverter essa ideia, pensando o *self* como constitutiva e inerentemente social, permite tornar factível e compreensível um outro modo de pensar conceitualmente a leitura do outro — todo *self*, segundo o autor, já nasce por meio da incorporação do outro. Para isso, desenvolverei as noções de *self*, mente e de capacidade de adotar a atitude do outro em Mead para, em seguida, apresentar a sua relação com a noção de “empatia tática” de Bubandt e Willerslev. Meu objetivo será apresentar a operacionalidade dessa perspectiva a partir do assalto descrito pelos próprios praticantes de sua atividade em cinco fases.

George Herbert Mead, a sociedade, a mente e o *self*

Segundo seu colega John Dewey (1932, p. xl), o problema que norteou a vida de Mead foi aquele da mente (ou do espírito²) e sua dimensão não privada e não psicológica. Ao longo de seus quase 40 anos de intensa atividade intelectual, Mead fez um enorme esforço para entender a maneira como a mente e o *self* emergem.

Para dar conta desse processo, em *Mind, Self, and Society* (1934) — o famoso livro editado por Morris a partir de notas de seus cursos feitas por alunos —, o autor mobiliza a imagem de uma conversa de gestos. Ele descreve uma interação entre dois cachorros que rosnam um para o outro. Cada cachorro aprende que um gesto de um certo tipo — no caso, rosnar — tende a ser seguido por determinado comportamento. Por exemplo, quando um cachorro emite um rosnado, o outro responde com o mesmo gesto de volta. Este último assim age para evitar que o primeiro cachorro, por notar ausência de qualquer resistência ou defesa por parte do primeiro, o ataque e morda.

Para Mead, portanto, uma conversa de gestos é possível quando cada organismo pode antecipar o que um gesto específico pode fazer vir à tona. Um rosnado precede, sugere, mas também evita, um ataque. O que significa dizer que o sentido de cada um dos movimentos nessa conversa gestual entre dois cachorros não está em uma possível intenção subjetiva prévia, mas é permanentemente negociado no plano das ações e reações que envolvem o que Mead chama de ato — e que também

pode ser entendido como o que Merleau-Ponty chamou de “estrutura do comportamento” (cf. QUERÉ, 2011). Ele aponta então para um sentido *behavioral*, próprio ao comportamento em interação, que é particularmente importante quando pensamos na situação de assalto. Boa parte dos sentidos ali negociados acontecem nesse plano de uma interação pré-discursiva.

No entanto, convém perguntar: segundo Mead, o que seria próprio ao universo da interação humana? Ele aposta que um evento fundamental ocorre quando passamos, por razões evolutivas, dos gestos orgânicos e físicos aos gestos vocais. Ainda que um e outro se encontrem em linha de continuidade (isso quer dizer que mesmo o sentido linguístico mantém um lastro encarnado e *behavioral*), “no caso dos gestos vocais, o organismo escuta seu próprio estímulo do mesmo modo que os outros organismos escutam; então, ele tende a responder também ao seu próprio estímulo da mesma forma que ele responderia ao estímulo de outros organismos” (MEAD, 1934, p. 65). O gesto vocal introduz, com isso, uma dimensão visceralmente reflexiva que permite a emergência, para Mead, da mente e da linguagem. Para usar o exemplo de Gary Cook (1993): se alguém está atravessando a rua, um carro em alta velocidade vem em sua direção e outra pessoa grita “Pare!”, esta escuta o seu próprio gesto vocal do mesmo modo que a outra pessoa em situação de risco tende a escutá-lo. E, assim como a pessoa a quem seu gesto vocal se destina, ela tenderia a imediatamente parar, se estivesse sob as circunstâncias que promoveram o seu gesto de gritar “Pare!”. No caso do assalto, o mesmo pode ser dito, por exemplo, em relação à palavra “perdeu”. O assaltante, quando a profere, escuta o seu próprio gesto vocal do mesmo modo que a vítima tende a escutá-lo e espera que ela faça o que ele mesmo faria em circunstâncias similares.

A importância da linguagem no desenvolvimento da experiência humana, para Mead, reside no ato de o seu estímulo poder suscitar sobre o indivíduo que fala o mesmo estímulo que suscita no outro para o qual a fala se dirige. Emissor e destinatário têm um compartilhamento imediato de significado — ao menos no plano funcional do comportamento ou de um sentido *behavioral*. O “perdeu”, como dito acima, tende a suscitar no indivíduo que o emite o mesmo estímulo e sentido que suscita no destinatário, sendo essa a razão pela qual um assalto, apesar de toda a tensão, consegue se realizar, de modo geral, como uma ação minimamente coordenada.

Para Mead, portanto, para que a linguagem se desenvolva, uma pessoa deve ser capaz de responder de forma encoberta ou implícita (em seu organismo) a um gesto ao mesmo tempo e do mesmo modo que a outra responde de forma aberta ou explícita. Quando isso não ocorre — ou não ocorre de modo satisfatório —, alguma patologia se mostra e ocorre uma espécie de curto-circuito na interação. Desse ponto de vista, alguém dotado de transtorno do espectro do autismo (TEA) é incapaz de responder de forma implícita em seu próprio organismo o que o outro deve responder de forma explícita e aberta (cf. DONVAN e ZUCKER, 2017). Por essa razão, não é capaz de antecipar e ajustar seu comportamento ao esperado pelos outros.

Ora, se é verdade, como aponta Mead, que a linguagem é dotada dessa inerência reflexiva — que ele chamará de reflexividade — e que é adotando o ponto de vista do outro, isto é, respondendo a si como o outro responde a seus próprios gestos vocais, que se aprende uma língua, isso quer dizer que é impossível aprender uma língua sem incorporar, implícita ou explicitamente, o ponto de vista do outro. Isso implica dizer que os seres humanos são indivíduos, desde a emergência da mente, dotados de reflexividade. Como afirma Mead (1934, p. 197):

É por meio da reflexividade – o retorno da experiência do indivíduo sobre si mesmo – que o processo social em sua totalidade é trazido para a experiência dos indivíduos nela envolvidos; é por tais meios, que permitem ao indivíduo adotar a atitude do outro em relação a si mesmo, que o indivíduo é capaz de conscientemente ajustar a si mesmo a esse processo, e modificar o resultado do processo de qualquer ato social dado ajustando-se a ele. Reflexividade, portanto, é a condição essencial, dentro do processo social, para o desenvolvimento da mente.

A linguagem, portanto, exatamente porque é fruto de um processo social, interativo e comunicativo, é um fenômeno no qual a inclusão do outro é um pressuposto, uma condição primeira. É impossível, nesse sentido, tornar-se parte de um corpo social sem a interiorização de uma multiplicidade de outros significativos. Por esta razão, inclusive, não são a mente e o *self* a condição da língua e do outro (como em uma acepção cartesiana e solipsista), mas, ao contrário, o outro e a linguagem é que são condição de emergência do *self* da mente. Na perspectiva de Mead, o *self*, desde sempre, é linguisticamente mediado, comunicativamente constituído e inerentemente produzido pela incorporação da alteridade. A mente, assim, é o que emerge quando o indivíduo, por intermédio da linguagem, é capaz de emitir símbolos significativos, estes sendo entendidos por Mead como gestos que “despertam implicitamente num indivíduo as mesmas respostas que despertam explicitamente, ou supostamente deveriam despertar, em outros indivíduos”³ (*Idem, ibid.*, p. 47). Por meio das experiências antecipatórias, os símbolos significativos permitem que obtenhamos a capacidade de assumir a atitude dos outros, que nos coloquemos em suas posições — isto é, que antecipemos as suas respostas. O *self* é vários outros incluídos pela mediação da linguagem, o que o torna capaz de antecipar, suscitando em si mesmo, a resposta suscitada no outro a partir de um estímulo particular.

Se isso é verdade, quando um assaltante diz, por exemplo, que é capaz de “ler” ou “entrar” na mente da vítima, não se trata, no sentido meadiano, de uma visão esotérica de uma pessoa que se crê capaz de saltar o seu próprio *self* e se colocar, de modo abstrato, na posição do outro. Em vez disso, trata-se de uma competência ou habilidade concreta inerente a todo e qualquer *self*. Na acepção de Mead, de modo geral e do ponto de vista *behavioral*, todos são, a princípio, legíveis — até que se prove o contrário.

No entanto, o que Mead trata como uma propriedade inerente à condição humana, à emergência da mente e do *self*, eu quero aqui argumentar que se trata, antes, de uma capacidade, uma competência ou uma habilidade desigualmente distribuída entre as pessoas. E que a prática do assalto tende a desenvolvê-la em razão de suas especificidades, de que falaremos adiante. Em todo caso, a prova disso pode ser pensada a partir do exemplo inverso.

Portanto, em vez de estabelecermos um modelo rígido entre um *self* solipsista, no qual toda e qualquer mente de um outro só pode ser compreendida por um salto especulativo abstrato, e um *self* ideal meadiano, que teria sempre acesso a toda e qualquer mente como um “outro” de si — já que o si mesmo é sempre um outro —, podemos pensar em uma escala na qual cada uma dessas posições ocupa uma das extremidades. Enquanto uma pessoa com TEA tenderia a ser colocada mais próxima do *self* solipsista, determinadas atividades, como aquelas dos agentes comunitários (ARAÚJO SILVA, 2013), diplomatas (LATOURE, 2004) e, no caso deste texto, assaltantes, exigem o exercício sistemático e reiterado não apenas da incorporação do ponto de vista do outro na sua ação, mas também — como a definição de Mead a respeito da socialidade — de uma ação que leve em consideração uma pluralidade de pontos de vistas simultâneos. O assaltante precisa, para o bom exercício da sua atividade, ser ele e o outro ao mesmo tempo. Sua ação e seu comportamento precisam, de modo intenso e infinitesimal, ser capazes de suscitar em si aquilo que suscita no outro, de modo a antecipar as ações potenciais da vítima — e do ambiente em seu entorno. Em boa parte, ele depende dessa capacidade para sobreviver em sua atividade.

Como veremos adiante, cada fase do assalto, descrita por aqueles que o praticam, expressa diferentes usos dessa habilidade de congregar, em seu ato, uma multiplicidade de perspectivas — devo dizer que, embora este artigo não se concentre nisso, essa multiplicidade inclui os objetos (a arma, por exemplo). No entanto, onde isso é mais visível na prática do assalto e do roubo? Onde se expressa com mais evidência essa capacidade de, na ação, incorporar o ponto de vista do outro, de modo a detectar suas vulnerabilidades? Eis a importância do texto de Willerslev e Bubandt sobre o lado sombrio da empatia.

O lado sombrio da empatia

Bubandt e Willerslev (2014), em um artigo conjunto, unem suas respectivas experiências etnográficas anteriores sobre violência política na Indonésia (BUBANDT, 2009) e caça na Sibéria (WILLERSLEV, 2007) para reelaborar uma série de ideias-comuns associadas à noção de empatia. Tradicionalmente vinculada a sentimentos honrosos e dignos ou a modos de relação cooperativos, solidários e altruísticos, a empatia sempre foi tomada, por boa parte da

literatura sobre o tema, como uma espécie de virtude moral. De praxe, quando observamos o senso comum, uma pessoa é considerada empática quando costuma agir conforme um ideal moral publicamente legítimo e compartilhado.

No entanto, mesmo sem negar a existência dessa dimensão própria à empatia, Bubandt e Willerslev enfatizam que gestos empáticos podem ser empregados para outras finalidades. Por vezes, argumentam os autores, os movimentos empáticos de adoção da atitude do outro não têm por escopo a compreensão, a ajuda, o consolo ou a indulgência, mas sim propósitos enganadores e mesmo violentos.

Willerslev nos traz o exemplo de sua etnografia junto aos caçadores Yukaghir na Sibéria. Ele descreve como um caçador, usando vestimentas e apetrechos que mimetizam um alce (um casaco de couro de pele de alce e um chapéu que simula orelhas do animal), faz movimentos característicos que copiam aqueles do animal visado, de modo a atraí-lo. Assim, ele incorpora, em sua ação, a atitude o ponto de vista do alce. É assim que este, vendo a cena, se aproxima como se o caçador Yukaghir fosse ele próprio um semelhante da mesma espécie. Até que, na distância certa, o caçador levanta-se com o seu rifle e, enfim, dá cabo à presa.

Bubandt, por sua vez, narra outro exemplo. Trata-se da história de um motim ocorrido no leste da Indonésia, em 1999. Antes de sua ocorrência, ele relata que diversas cópias de panfleto tinham sido atiradas por motocicletas em cidades muçulmanas. Nada a princípio estranho, não fosse o fato de tais panfletos serem falsos, uma vez que escritos por burocratas e políticos muçulmanos que se passavam por cristãos. O conteúdo da carta, que vicariamente era atribuída à Igreja Cristã de Maluku, informava às paróquias locais de planos de um ataque cristão iminente à maioria da população muçulmana. Bubandt conta que, pouco depois de terem sido espalhadas as cartas, diversos motins teriam se desencadeado.

O que há em comum nesses casos? Ambos relatam um uso de uma empatia tática, isto é, da adoção do ponto de vista do outro com o objetivo de destruí-lo ou violentá-lo. Bubandt e Willerslev afirmam que essa capacidade não é obviamente redutível nem ao caçador de Yukaghir nem aos burocratas e políticos muçulmanos, mas permeia uma multiplicidade de atividades e tipos sociais:

Os jogadores de pôquer, policiais, estrategistas militares, vigaristas, golpistas da Internet, atores metódicos e Casanovas românticos de todos os dias se envolvem em formas semelhantes de empatia tática quando tentam assumir a perspectiva e a postura afetiva de um oponente confesso, de uma vítima ou figura retratada, ou sujeito desejado, e baseiam as suas ações futuras numa forma de mimetização que lhes permite ganhar o jogo, obter uma vantagem estratégica, capturar, enganar, retratar ou seduzir outra pessoa (BUBANDT e WILLERSLEV, 2014, p. 8).

Ora, como veremos, o assaltante, assim os casos e tipos sociais mencionados acima, adota a atitude do outro e assume o seu ponto de vista também com o objetivo de dominá-lo. É preciso saber o que o outro quer e sobretudo o que espera — gesto que implica o ato de se colocar no lugar dele — para que o assalto se realize de modo pleno. O assaltante precisa, por meio do exercício de identificação empática que a prática do roubo e do assalto exigem, ser capaz de adotar, de modo concomitante, ao menos dois pontos de vista incomensuráveis. Como na definição de socialidade de Mead, ele precisa, no exercício de sua empatia tática, “ser várias coisas ao mesmo tempo”. No caso de um assalto, isto consiste em, na ação, abarcar simultaneamente duas perspectivas que não podem se reduzir uma à outra: aquela da pessoa assaltada, a vítima, e a do assaltante. Mas isso sem que haja o sentido de estabelecer uma fusão ou uma identificação completa. De uma só vez, ao empregar a empatia estratégica, o assaltante insiste na realização de um duplo movimento: “uma identificação com o outro e uma determinada insistência na alteridade do outro” (*Idem, ibid.*, p. 7). Como afirmam Bubandt e Willerslev,

o caçador siberiano tem de manter uma diferença em relação ao alce que mimetiza para matá-lo, enquanto os autores indonésios da carta forjada mantêm em tensão a sua mimetização empática com um inimigo humano em sua tentativa de demonizá-lo. Esse paradoxo, propomos, fala diretamente da questão mais ampla da magia da alteridade, do jogo da identificação e de tornar o outro, outro, que está no centro não só da mimetização (Taussig), mas também da faculdade empática (*Idem, ibid.*, p. 6).

O assaltante precisa, também, identificar-se com o outro, adotar o seu ponto de vista, mas sem deixar de manter o outro como outro. Há, portanto, um duplo jogo de aproximação e afastamento, sintetizado pela frase de um dos assaltantes entrevistados segundo a qual é preciso ser, ao mesmo tempo, terrorista e psicólogo. Ser terrorista significa empatizar com a finalidade de detectar as vulnerabilidades do outro com o objetivo de fazê-lo ceder à sua vontade. Ao mesmo tempo, ser psicólogo quer dizer produzir uma identificação empática com o objetivo de fazê-lo acreditar que, caso seja feito o que o assaltante quer, ele não fará nenhum mal.

Um exemplo dado por um assaltante exemplifica bem essa necessidade de manter um afastamento em relação à vítima — Willerslev e Bubandt costumam fazer uma distinção entre empatia e simpatia para isso. Certa vez, um dos meus interlocutores foi fazer um assalto dentro de uma casa. Logo após ter rendido o dono e ter entrado nela, ele notou o choro de uma criança de oito anos, que estava em um dos quartos. Viu que se tratava de uma menina muito parecida com a sua filha, que era apenas um ano mais nova. Ele disse que, naquele momento, identificou-se de modo excessivo com a pessoa que ele assaltava, colocou-se demasiadamente na posição da vítima. Como estava acompanhado, não desistiu do assalto. Mas, depois disso, disse nunca mais ter feito qualquer assalto a residência e também insistiu que esse tipo de identificação excessiva pode inclusive custar a vida do assaltante.

Isto dito, passemos à análise das fases do assalto relatadas pelos meus interlocutores.

O assalto e suas fases a partir das narrativas dos assaltantes

De modo bem simplificado, o assalto pode ser definido como uma transação interpessoal em que ao menos um transgressor, o assaltante, apoiando-se na presença potencial de uma ação violenta (física ou psicológica), extrai um ou mais bens da posse de uma ou mais vítimas por meios ilegais ou extralegais. Por mais regular que a situação de assalto possa ser para um ladrão, ela é sempre definida e vivida como um “momento crítico”, isto é, um momento que não apenas surge com uma quebra com a expectativa padrão da vítima no que diz respeito a uma ação habitual e rotineira⁴, como também, na duração de seu curso, mantêm um nível de intensidade de tensão sempre alto. As partes envolvidas, seja a vítima ou o assaltante, não estão, no que diz respeito à sua tonalidade afetiva (*mood*), em uma situação — por falta de melhor palavra — “morna”. Trata-se sempre de um momento denso, que envolve um grau de risco à integridade física e à vida das duas partes. Por isso, a situação de assalto institui uma “província de significado” (SCHUTZ, 1962) ou um “enquadramento” (GOFFMAN, 1986) com particularidades e produz não só um estilo cognitivo próprio, mas também um estilo de afetividade a ela ajustado. Esse estilo afetivo é comumente traduzido e expressado por sensações e sentimentos intensos, como ansiedade, medo, raiva etc. Os assaltantes costumam associar sintomas físicos típicos a essa situação: batimentos cardíacos acelerados, sensação de pressão no peito, sudorese, sobretudo nas axilas, todos os sintomas associados a uma altíssima carga adrenalínica. Por isso, mesmo que se possa dizer que todo mundo sabe que *pode* ser assaltado (o que inclui o próprio assaltante), todos sempre *esperam* não o ser⁵.

Para bem descrever o assalto, aqueles que o praticam costumam dividi-lo em fases. Por isso, farei nas próximas seções uma distinção analítica que segue aquela que assaltantes que entrevistei estabeleciam quando dissertavam sobre as suas técnicas. Deixo claro que, para os propósitos do presente artigo, a análise se concentrará nas formas como os assaltantes, em cada fase do assalto, mobilizam distintas formas de adoção da perspectiva do outro e, com isso, apresentam modos particulares de exercício da empatia tática.

Os cinco estágios do assalto

A cena é conhecida. Uma pessoa está sentada num banco de praça, distraída, com o seu smartphone na mão. Seu foco de atenção está todo ele concentrado na tela de seu telefone, por onde seus dedos deslizam, escrevendo mensagens para alguns de seus amigos. Com um fone de ouvido em suas orelhas, a pessoa, absorta no mais recente sucesso do mês do YouTube, parece alheia ao ambiente de seu entorno imediato. De repente, ela sente alguma coisa ou alguém, fora de seu campo de visão, aproximar-se fisicamente. Esse primeiro estranhamento nem dá tempo de ser definido. Ele vem de forma intuitivo na forma de um senso atmosférico. Assim, antes que a vítima possa entender do que se trata, ela escuta uma

voz, quase um sussurro, baixo, ainda que sisudo e firme. Pouco a pouco, a voz se destaca por completo da então música do smartphone: “Você sabe o que está acontecendo aqui, não sabe? Perdeu, perdeu. Isso é um assalto. Fica calmo e vai passando devagar, só quero o telefone e o dinheiro. Só o telefone e o dinheiro, entendeu? Tudo calminho, devagar pra não chamar a atenção. Não quero fazer nada errado. Se eu perceber que você está se exaltando, tenho uma peça [arma] aqui e ela vai cantar, tá ligado? Passa devagar”. Assustada e completamente desprevenida, a vítima, tomada pelo medo e pelo embaraço próprio à surpresa, sequer consegue pensar direito. Ansiosa, mas ao mesmo tempo esforçando-se para permanecer em pelo controle de seus movimentos, ela segue as instruções dadas pelo assaltante, cujas ordens ela sequer consegue pensar em como poderia contrariar. Ainda que com a mão tremendo, a vítima passa o telefone e entrega a carteira e o celular. O assaltante, uma vez realizada a transferência de bens, olha o entorno, coloca tudo no bolso, e então diz para a pessoa não olhar pra trás. Com receio, a vítima, ainda sem saber o que fazer direito, espera um bom tempo para virar a cabeça, enquanto o assaltante evade-se, depressa, com passos firmes e ritmados, mas sem correr para “não dar pinta”, isto é, para não chamar a atenção de outras pessoas. Uma vez fora do campo de visão da vítima e de possíveis testemunhas, ele encontra-se seguro, assumindo outra identidade diferente daquela do assaltante. (Descrição semificcional de um assalto a partir dos relatos de alguns dos meus interlocutores)

Fase 1: o assalto antes do assalto

Os casos dos quais falarei aqui, todos tratados com meus interlocutores, se referem aos assaltos a transeuntes sem planejamento prévio a respeito da vítima a ser assaltada. Nas conversas, para além da narração de casos específicos, meus interlocutores e eu discutíamos estratégias que eles utilizavam quando iam na busca por uma vítima — de “orelhada”, como eles costumam dizer a respeito desses casos de assalto aleatório. O primeiro ponto que eles tinham por hábito levantar dizia respeito ao perfil vítima. Eles afirmavam que a questão fundamental deveria ser pensada em termos da resistência que ela possivelmente podia oferecer à ação do assalto. A questão da adoção da perspectiva do outro, assim como em Mead, era sobretudo apresentada em termos *behaviorais*: o que aquele corpo, ao menos em princípio, é capaz de fazer? E que tipo de ação deveria ser feita para direcionar certas reações — e evitar outras. Nas palavras dos próprios assaltantes:

— Quando é, tipo assim, pra escolher uma vítima, é sempre preferível aquela pessoa cujo porte físico não me oferece tanto ameaça, né? Muita gente não fala, pra não se queimar, mas mulheres, idosos, homens de porte físico menor, adolescentes... são sempre o alvo preferido. São mais fáceis de intimidar também. Eu diria que mulheres e idosos são o grande foco. É mais fácil dominar no psicológico porque elas sabem que, no físico, não têm chance.

— Claro, tu vai escolher um cara forte, que pode se embaralhar contigo na hora que o bicho pegar? Que tem capacidade de reação? Que pode ser um policial? Tu não é burro, se tu vai pra pista, de modo aleatório, pra arrumar alguma coisa, tu tem que se ligar também quem é a vítima. Tu vai se arriscar de bobeira? Se for mulher, homem franzino, adolescente... Só idoso que eu sempre evitei, porque é vacilação. Mas, pra te falar, se tivesse de ser, até rolava...

Por parte dos assaltantes, havia dois tipos de raciocínios apresentados que sustentavam a antecipação da ação potencial do outro. O primeiro referia-se a um nível reflexivo mais elementar e pode ser sintetizado da seguinte forma: o que eu, assaltante, em situação semelhante, mas na posição da vítima, faria se alguém me abordasse da maneira X. No sentido de Mead, trata-se de adotar o ponto de vista do outro estimulando de modo implícito e em si mesmo a reação que este mesmo estímulo teria por tendência suscitar, de modo explícito, no outro. O segundo concernia um nível mais ampliado, embora não menos *behavioral* e encarnado, que se aplicava à seguinte questão no que concerne à especulação sobre a possível vítima: o que eu, assaltante, se fosse a vítima — por exemplo, uma pessoa idosa ou do sexo feminino —, faria se fosse abordado da maneira X. Uma vez que os assaltantes têm por objetivo final dobrar a vítima à sua vontade, eles costumam funcionalizar sua atenção, voltando-se para as potenciais vulnerabilidades da vítima. Trata-se, de fato de uma empatia tática.

Vale lembrar que esse esforço de incluir o possível comportamento do outro em seu próprio se justifica, no caso do assalto, porque para aqueles que o praticam há uma tensão constante, dada pelo fato de que a todo momento as coisas podem se inverter. Segundo um dos entrevistados:

— Você é caçador, no assalto você é o caçador, mas você pode sempre virar presa, a caça. Basta algo dar errado, você deixar algo sair do teu controle e fodeu, você vira de caçador a caça. E quando você vira caça, vai ter alguém acima de você, e você vira fugitivo. E na rua você, se você é ladrão, assaltante, ninguém vai te acolher. Todo mundo ali é teu inimigo potencial. Abordagem de rua, pra você virar caça, pode acontecer muito rápido, é fácil acontecer.

Mas, ainda nessa primeira fase, não é apenas o ponto de vista ou o comportamento possível da pessoa em particular, da vítima, que o assaltante leva em consideração. Há uma série de elementos do entorno que importam para a execução do assalto. Um deles está relacionado ao lugar em que ele se passa. Quando perguntado sobre que tipo de local ele preferiria para fazer a abordagem do assalto, um dos meus interlocutores disse:

— Sempre local menos movimentado e longe do meu local de moradia. O lugar menos movimentado possível, por volta de meia-noite da madrugada, horário que o pessoal está indo ou voltando da balada. Também dias muito chuvosos, temporais. A gente sabe que, nesses dias, a polícia ou os seguranças ficam guardados debaixo de uma guarita ou dentro do carro. Está tudo a favor do ladrão. Dias chuvosos e também de manhãzinha. As pessoas não se ligam que, de manhã, a pessoa está acordando, está meio sonolenta e com a capacidade de reação reduzida. O momento é muito esse. O que me dá mais vantagem: onde a polícia não está em qualquer lugar, onde a polícia não pode passar em qualquer momento, onde tem menos movimento; manhãzinha ou também saidinhas de balada, de trabalho, barzinho que fica cheinho. Outra vítima mais fácil é aquele caszinho que está bebendo pra caralho.

Dois questões merecem destaque nesse exercício da empatia tática. A primeira, ainda relacionada à vítima, diz respeito ao horário: madrugada, depois de bebedeira, quando a pessoa

está sonolenta, ou bem de manhã, quando, também ainda por conta do sono, o organismo da pessoa tende a apresentar uma menor capacidade de reação. A segunda questão diz respeito à escolha do lugar. Ele deve ser escolhido em função da ausência de presença potencial da polícia (que é, nesse sentido, o coletivo do aparato estatal preparado para reagir e oferecer resistência ao assaltante), mas também de outras pessoas. Lugares com pouca movimentação tendem a ajudar o assaltante a ter controle da situação sem que sobrevenham sobre ela possíveis eventos contingentes externos e alheios ao seu controle.

Antes de passarmos ao segundo ponto, cabe notar que Mead, quando fala de adotar a atitude do outro, não se refere apenas a humanos, mas também a objetos e coisas. Quando assaltantes se referem à arma utilizada, por exemplo, eles descrevem características que indicam a adoção de sua posição no sentido comportamental da arma, isto é, o que se pode esperar dela:

— Pra ir pra pista, eu ia de colt 45, por ser uma arma de alto poder destrutivo, muita pólvora, menos munição, mas uma arma que falha muito pouco. Ela é bem fininha. A parte de cabo e gatilho de pistola é quase igual, o que muda é cano curto e cano longo. Tive muitas, águia do deserto, mas a colt 45 é fininha, magrinha, fácil de prender na cintura; eu, com 12 anos de crime, usei e ela nunca me deixou na mão. A arma é a sua namorada, você tem que cuidar dela. A 45 é uma arma de pequeno porte, há tipos de munição que fazem ela ser mais forte. Nela só cabem sete balas e uma na agulha; enquanto outras cabem 30, 40, mas não têm o poder destrutivo dela. Eu ia sempre com uma colt, de cão⁶ pra trás, travada nas calças; sempre na minha frente, nunca na lateral, nas costas. A colt também tem um gatilho que é retrátil; não é como o 38. É só um encostinho e... ela não tem o impulso do gatilho, não tem dupla ação, é uma ação só. É uma arma perfeita pra tomar uma decisão rápida no assalto, você consegue baleiar a pessoa muito rápido.

Fase 2: a aproximação física

O segundo momento do assalto, depois da escolha da vítima, se dá pela estratégia de aproximação física. Importa aqui a antecipação do comportamento do outro em função do ângulo de aproximação, além da forma do anúncio da situação de assalto. Para a efetivação de uma relação de subjugação, os assaltantes costumam dizer que é preciso compartilhar com a vítima um mesmo ambiente ou cenário. Nesse primeiro momento, os assaltantes indicam a importância de passarem “desapercebidos”, agindo como uma pessoa qualquer no ambiente em que estão inseridos. Adota-se o ponto de vista do outro com o objetivo de enganá-lo, de não o deixar perceber que a sua linha de ação, enquanto assaltante, é executar o roubo. O objetivo do assaltante é, no limite do possível, agir conforme os padrões de comportamento do que Mead chamaria de “outro generalizado”.

Para entender essa ideia, voltemos rapidamente a Mead. Um exemplo que ele trabalha em *Mind, Self, and Society* (1934) é o da criança que brinca de ser médica junto com outra que assume o papel de paciente. A questão fundamental aqui é que, para brincar de ser médica, a criança precisa

antes saber antecipar o que faz e como se comporta um paciente — e vice-versa. Para brincarem, uma precisa, para desempenhar seu papel, ser capaz de adotar o papel do outro. Para Mead, portanto, brincar de papéis implica adotar as atitudes ou perspectivas dos outros. A própria sociedade, segundo o psicólogo social americano, seria um feixe complexo de adoções de atitudes e perspectivas dos outros. A estrutura do paciente e do médico, no entanto, é uma simplificação de processos mais complexos. Os jogos ou as “brincadeiras”, que posteriormente se tornam “sérias” no mundo social, envolvem muito mais que papéis em díades. Há constante trocas de perspectivas que implicam conjuntos mais complexos de comportamentos. Neste caso, muitas vezes somos obrigados a aprender não só as respostas de outros específicos (o médico, o paciente, o professor), mas também os comportamentos associados a cada posição de modo generalizado. Esses comportamentos podem ser internalizados e, quando conseguimos fazer isso, passamos a “ver” nossos próprios comportamentos a partir da perspectiva do jogo como um todo, isto é, do outro generalizado, que pode ser definido como um sistema de ações organizadas.

Para então se resguardar da possibilidade de ter o “momento surpresa” e, assim, “não quebrar o sigilo”, o assaltante age conforme um sistema de ações organizadas e esperado pelos outros. Assim, transitando por aquilo que Goffman chama de “linhas ocultas” (1971, p. 293), o assaltante busca adotar um comportamento que não permita à vítima desconfiar da sua real intenção. Ao mesmo tempo, ele se esforça para se colocar em uma posição estratégica para o pleno exercício de sua intenção inicial, cujo sentido deve ser opaco àquele que pretende capturar.

— Você entra, procura passar despercebido, procura olhar ao teu redor, ter uma visão periférica, não distingue homem de mulher — ele é perigoso e ela não é perigosa, não existe [*essa diferença*], porque também tem muita mulher policial. Só anuncio o assalto no último minuto.

De um lado, o assaltante deve agir como qualquer outra pessoa agiria naquele lugar; de outro, precisa pensar na dimensão funcional e prática do ato e se colocar em uma boa posição para executar a ação de enquadramento. Assim, ao chegar no local do assalto, o assaltante se desloca para uma posição em que pode atacar e realizar seu plano, mas sem levantar suspeitas antes da ação — provocando, assim, algum tipo de reação por parte da vítima ou de outras pessoas presentes.

É importante dizer que, segundo os assaltantes, o retardamento do “sigilo”, o “elemento surpresa”, é parte fundamental do domínio psicológico exigido para a plena realização do assalto. Assumir o papel do outro para enganá-lo é basilar para, na hora do anúncio, conseguir fazer com que a vítima seja pega de surpresa e fique sem reação. Assaltantes argumentam que agir com a vítima desprevenida ajuda a impedir que ela tenha tempo de racionalizar linhas de ação e de reação possíveis. Enquanto o assaltante já pensou na cena, já está agindo conforme um “enquadramento” (GOFFMAN, 1986), tendo projetado e antevisto diversos cenários possíveis, incluindo

externalidades eventuais que podem ocorrer, a vítima, despreparada, necessita começar tudo do zero. Se o assaltante não lhe dá qualquer indício prévio, a vítima nada tem a fazer a não ser pensar tudo “no susto”. Ela não tem subsídios para adotar o ponto de vista do assaltante — não, ao menos, naquilo que, nesse primeiro momento, o comportamento do assaltante indica para ela. Tudo se passa como se, em um jogo de xadrez, o adversário, que teve todo tempo do mundo para pensar no movimento a ser feito, obrigasse o outro lado a decidir, em poucos instantes, o seu movimento em resposta. Por isso é possível dizer que, nesse primeiro momento, o assalto já começou para o assaltante faz tempo; para a vítima, no entanto, ele começa em um novo aqui e agora. Como me disse um assaltante, “parte fundamental do domínio psicológico é que o assaltante sabe o que a vítima não sabe. E ele pega a vítima desprevenida. O assaltante tem um quilômetro de vantagem de distância.”

Fase 3: o enquadramento e a boa distância

Chegamos ao terceiro momento. O assaltante, em posição privilegiada e estratégica, quebra o sigilo e anuncia o assalto. É a fase do enquadramento. Há, como enfatizei em Mead, uma adoção do ponto de vista do outro que é *behavioral*, comportamental. Ela concerne tanto aos sentidos encarnados quanto aos potenciais modos de ação e reação do corpo. Por isso, no enquadramento, os assaltantes falam da importância da distância corporal e da posição do corpo: “um braço de distância é lei de qualquer assaltante; um braço e você nunca fica de frente; sempre de lado. Isso salva a sua vida.”

Além disso, o enquadramento, dada a posição privilegiada do corpo e sua distância certa em relação à vítima, também demanda, na medida do possível, uma série de posturas: primeiro, que se esteja o mais calmo possível. Qualquer indício de nervosismo que o corpo do assaltante aparente é um elemento que pode indicar para a vítima alguma coisa estranha, sobretudo que ele, o assaltante, está blefando em sua ameaça de ação violenta:

— Na abordagem, é preciso tentar ser o mais calmo possível, não explicar. Chegar sempre pela frente, a pessoa está podendo te ver. Vem na direção, naturalmente. Uma saída de balada, por exemplo. Eu vou vir na direção como se fosse passar por você e dar um “boa noite”; enquanto eu não chegar na distância de um braço, eu não anuncio nada. Chegando a um braço, eu posso usar um: você poderia me informar as horas?

Em seguida, o importante para o domínio psicológico, no enquadramento, é o modo como o anúncio é feito. Os assaltantes costumam falar da importância de se “falar com firmeza” e “dizer ao que veio”. Adotar o ponto de vista do outro, para eles, deve agora se dar em outros termos do que o da fase anterior do assalto. O exercício da empatia tática não visa mais enganar, ludibriar, fazer parecer que não se é o que se é, mas fazer a vítima entender que está acontecendo nesse momento um assalto e que a vida dela está em jogo.

— Você vai, chega com calma, sem nervosismo, porque nervosismo pode passar fraqueza. Você chega e já mostra primeiro a que veio, que você tá armado, e já mete aquela postura de: “Ó, eu tô aqui, não adianta a pessoa olhar, pro lado e pro outro, eu tô aqui, eu tô aqui, eu sou o dominante na situação”. E digo logo: “Não pensa duas vezes, se você retrucar, você vai morrer agora, você não tem opção, me dá...”.

Tendo já na fase anterior causado um impacto em função do elemento surpresa e do susto que ajuda a desconcertar o outro, o assaltante, nesse terceiro momento, entra em uma linha de transmissão ou comunicação direta com a vítima. Ele tem que dar as diretrizes cognitivas do que se passará e também impor uma tonalidade afetiva de segurança, certeza, indubitabilidade. Segundo os assaltantes, eles precisam apresentar uma mensagem dura, franca e direta à vítima; precisam transmitir confiança no que fazem. Como diz Jack Katz (1988), o assaltante precisa transmitir à vítima que ele é um “*self* impenetrável” (cf. PRADO, 2020). Com sua postura, seu comportamento “durão”, ele precisa comunicar à vítima a ideia de que qualquer coisa que ela faça não o impedirá de realizar o objetivo desejado; pior do que isso, caso ela reaja, ela não só não impedirá o assaltante de obter o bem desejado, como colocará em sério risco sua integridade física — ou mesmo sua própria vida.

Por isso, na lógica da violência mínima empregada para o efeito máximo (cf. CAMINHAS e BEATO, 2020), o assaltante diz que sua técnica consiste em aumentar o grau de violência real e potencial (no modo de ameaça) proporcionalmente à capacidade reativa da vítima. Esse cálculo se baseia todo ele na capacidade de adotar o ponto de vista da vítima em função das suas variações físicas e psicológicas demonstradas antes e durante o assalto. É nesse sentido, inclusive, que a arma é uma economia de esforço: ela introduz na relação um acréscimo brutal em relação ao grau de violência potencial, fazendo emergir, de modo imediato, um potencial de letalidade na relação. Segundo essa lógica, quanto maior a ameaça e a capacidade de violência virtual apresentada, menor tende a ser a tentativa da vítima de *pagar para ver*. Se William James (2000, p. 123) diz que a verdade vive a crédito, pode-se dizer que o assalto também costuma se realizar por meio do exercício de uma espécie de violência a crédito. A empatia tática é o modo pelo qual esse cálculo é operado de forma intuitiva: quanto maior o potencial ofensivo e aparência de impenetrabilidade do assaltante, mais a vítima tende a ser dissuadida de qualquer reação possível.

— Claro que tu não vai precisar falar com uma mulher ou um velhinho do mesmo modo que tu vai com um maluco novão, cheio de gás. A gente tá ligado que a gente precisa ajustar e se ligar em cada pessoa. No caso de uma mulher ou de um velhinho, tu chegar na sugestão, no tom de voz mais brabo, é provável que tu consiga levar. Se chegar num maluco jovem, já é diferente. O melhor é tu mostrar logo a peça [*arma*] e falar logo que, se ele der uma de super-homem, a bala vai cantar. São estratégias diferentes pra tu entrar na mente da pessoa.

— Boa parte do segredo está no tom de voz, na forma como você fala e na maneira como você apresenta a peça [*arma*]. Tem casos que tu nem precisa mostrar, é só anunciar. Se souber falar direito, você intimida, trabalha com a mente, e pronto. O bagulho é sempre você se mostrar de uma maneira que a pessoa veja que não vai ter chance, não vai ter outro jeito.

Para utilizar a expressão nativa, esse terceiro momento é aquele no qual o assaltante começa a “entrar” e “trabalhar” com a mente da vítima. Agora, mais do que antes, ele observa pequenos indícios do comportamento desta última de modo a controlá-la. Para a realização do roubo, os assaltantes relatam a importância de se estabelecer um controle psicológico da vítima. Isso os permite ter um domínio em relação às suas possíveis reações. Nesse sentido, “entrar na mente”, para o assaltante, diz respeito à capacidade de dominar e direcionar a linha de ação da vítima conforme o seu interesse e a sua vontade. Nas palavras de um dos meus interlocutores, “entrar na mente é controlar a situação, manter a pessoa sob o seu controle, fazê-la fazer o que você quer, o que você deseja, sem que nada dê errado”.

Uma série de técnicas aparecem nesse ato de “ler” a mente do outro — que, no sentido comportamental de Mead, não se diferencia em relação à antecipação de possíveis linhas de conduta e ação. Assaltantes costumam dizer que é importante estabelecer um contato “olho no olho” como forma de obter, nesse momento crítico que é a situação de assalto, uma melhor leitura e controle do ponto de vista do outro:

— Pra você trabalhar na mente da vítima, você tem que se aproximar dela e ficar olho no olho dela. Porque você olhando no olho da pessoa, você sabe se ela vai ou não fazer alguma coisa... Meio que por instinto, você percebe no olhar da pessoa... se ela está com medo, encorajada, ligando pra nada, a fisionomia sempre muda. Tudo vai meio que da circunstância, mas, por exemplo, se a pessoa está olhando no meu olho e não tira o olho de mim, eu sei que ela está me obedecendo, que vai fazer o que eu quero. Ela tá com medo. Mas se ela está olhando pro lado e pro outro, procurando saídas, procurando válvulas de escape, dá pra ver que ela tá pensando: “Caralho, como eu posso sair dessa situação”. Ela deixa de olhar pra mim, pra ficar procurando, pra de repente poder gritar, chamar, achar um lugar pra correr, alguma coisa pra me bater, arma de choque, spray... Por isso, as mãos dela sempre tem que estar à vista e olho no olho. A mão não vai ficar no bolso, no casaco.

Essa passagem mostra como ler a mente da pessoa, em uma situação de assalto, está intrinsecamente ligado ao comportamento manifesto. Todo movimento, por mais básico que seja, se torna pertinente como uma linha de pensamento possível e, por vezes, uma linha de ação provável.

É preciso enfatizar, ainda sobre esse terceiro momento, que após anúncio do assalto, assaltante e vítima passam a compartilhar uma estrutura situacional e de sentido — ao menos *behavioral* — comum. Até então, uma e outra estavam em uma situação física de copresença, mas não compartilhavam um mesmo “quadro” (GOFFMAN, 1986). Com o anúncio, a natureza qualitativa da situação ordinária se acha, enfim, modificada. Ambos adentram no momento crítico que é

“situação de assalto” — para falar nos termos do famoso texto de Alfred Schutz (1962) sobre múltiplas realidades, assaltante e vítima passam a compartilhar uma província de significado comum. Abre-se para um novo espaço de pertinências a ser negociado. Agora, a vítima, por mais tensa e confusa que esteja, compreende algo do ponto de vista do assaltante. Ela sabe que o assaltante terá como objetivo a obtenção de um ou mais de seus bens; ela também sabe que o assaltante tem total consciência de que ela só fará o que ele deseja a contragosto, isto é, sob ameaça ou violência potencial. Por outro lado, o assaltante sabe que seu objetivo é incomensurável com aquele da vítima. Ela não dará o bem por ele desejado por livre e espontânea vontade; pelo contrário, se puder, ela fará o possível para que o que o assaltante deseja não se realize. Sabendo que a vítima jamais cederia a ele aquele ou aqueles bens desejados, o que faz, então, é, adotando o ponto de vista da vítima, mobilizar algum recurso de ameaça — por vezes com a mediação de uma arma de fogo ou branca — para que a vítima perceba que não há nenhum meio seguro de resistir, isto é, nenhuma ação que ela possa tomar sem que esteja em jogo e sob risco a sua integridade física ou mesmo a sua vida.

É interessante notar, aqui, como nesse momento ocorre uma espécie de mudança qualitativa da situação. O assaltante introduz — ou mesmo impõe — um novo “quadro” (GOFFMAN, 1986) em que o que passa a estar em jogo nesse terceiro momento não é mais o interesse do assaltante em obter um ou mais bens da vítima contra o interesse dela em ceder a vontade do primeiro. Uma outra reciprocidade de expectativas, uma outra adoção mútua de pontos de vista, se instaura. Na nova situação, o assaltante oferece à vítima a manutenção de sua integridade física ou da preservação de sua vida em troca da cessão daquele ou daqueles bens. A ameaça de ação violenta por parte do assaltante reconfigura o sentido da transação em jogo: não se trata mais, como o seria em uma situação normal, da manifestação de uma vontade contra a outra. O que a arma ou a ameaça fazem é justamente instituir e impor uma situação cuja configuração, ainda que forçada, passa a ser a de uma relação de troca: trata-se de a vítima preservar a sua vida ou sua integridade física, em permuta do bem ou dos bens desejados pelo assaltante. Nessa nova configuração, ambos, assaltante e assaltado, passam a buscar uma coordenação da ação comum, uma adoção mútua e recíproca de pontos de vista, em que o (novo) interesse de ambos em jogo de ambos se realize: o do assaltante, de obter o bem (ou os bens), e o da vítima, de preservar sua saúde e sua vida. Ambos, portanto, consentem com esse quadro e, assim, buscam convergir na direção de uma situação acordada.

Não é por acaso, por exemplo, que os assaltantes afirmam que, diante de uma reação da vítima, eles agem em legítima defesa. Trata-se aí de explicar que a vítima que se recusa a aceitar os (novos) termos da barganha, e opta pela preservação do seu ou os seus bens, ousando a colocar a sua integridade física ou sua vida em risco, está assim pagando para ver se o assaltante é capaz de cumprir o anunciado por intermédio da ameaça. Há sempre a possibilidade de a vítima supor que o assaltante está blefando e tentar colocá-lo à prova.

Fase 4: a transferência de bens

Uma vez aceitos os termos da situação de assalto de ambas as partes, o problema passa a ser operacional. Passamos à quarta etapa do assalto. A questão passa a ser então como coordenar o ato de transferência do bem ou dos bens desejados pelo assaltante. O assaltante vai insistir e tentar fazer com que a adoção recíproca de pontos de vista ocorra do ponto de vista funcional, segundo os termos definidos por ele. Nesse caso, a vítima tanto pode entregar o bem diretamente a ele como pode simplesmente indicar o lugar para que o próprio assaltante o obtenha diretamente — como o bolso ou algum lugar da mochila. Os assaltantes costumam indicar esse momento como talvez o mais tenso do assalto: de modo distinto da abordagem inicial e do anúncio do assalto (cujo risco maior é a vítima se apavorar ou, no impulso, reagir), nesse momento a empatia tática também pode se inverter: quando a vítima compartilha o mesmo quadro (GOFFMAN, 1986) de sentido do assaltante, ela pode adotar o ponto de vista dele, antecipar suas linhas de ação, não tanto para dar o que ele quer (o que normalmente ocorre), mas para enganá-lo — tarefa, claro, arriscada, mas sempre possível. Exemplo clássico disso, e que todos os assaltantes temem, é quando, no curso do gesto de entregar o objeto, a vítima interrompe o movimento no meio e reage, embolando-se em uma luta corporal com o assaltante.

Por isso, os assaltantes costumam dizer que aqui, talvez até mais do que em outras fases da situação de assalto, há grandes chances de reação da vítima. Se nas fases da abordagem e do enquadramento ela normalmente é pega desprevenida — e, portanto, desprovida de um raciocínio muito elaborado de reação —, nesse quarto momento, mesmo considerando a temporalidade comumente curta do assalto como um todo, ela já não só entendeu o que está ocorrendo, como pondera minimamente sobre uma possível reação ou via de escape. Ela consegue adotar o ponto de vista do assaltante e, mais que isso, também por meio de uma identificação empática pode forjar alguma estratégia rápida para enganá-lo. Mais do que em outros momentos, a vítima está, ela também, pensando o que pode ser feito durante a transferência do bem desejado pelo assaltante ou enquanto o assaltante age para pegá-lo. Esse é, se não o único, certamente um dos poucos momentos na situação do assalto em que a vítima não só dispõe de um tempo mínimo para pensar em uma eventual reação como é capaz de quebrar racionalmente a expectativa do assaltante. E ela pode, inclusive, usar ao seu favor, nesse momento, o fator surpresa — que, até então, era monopólio do assaltante. Durante a transferência do bem, ela pode aproveitar o momento para segurar a arma e entrar em um conflito físico com o assaltante ou então para correr ou arriscar algum tipo de evasão da situação.

Por isso, os assaltantes dizem que um dos maiores erros que um assaltante inexperiente pode cometer é, nessa quarta fase do assalto, relaxar e achar que está tudo sob controle e resolvido.

Alguns deles ressaltam a importância de, nesse momento, intensificar a pressão sobre a vítima, deixar explícito e manifesto que a qualquer momento eles podem exercer plenamente a ação violenta que ameaçam — em suma, “trabalhar com a mente da vítima”. A expressão “entrar na mente” ou trabalhar com a mente da vítima é recorrente também nos relatos dessa fase do assalto:

— Você tem que trabalhar com a mente a todo momento, você tem que mostrar pra vítima que tu é o cara, que se ela bobear, se ela der uma de esperta, quando ela está te passando a parada, tu vai passar ela, filho. Tu vai passar ela e não vai dormir mal por causa disso. Se ela se liga nisso, aí ela respeita, e mesmo que pense em tentar alguma coisa...

— Nesse momento em que tu tá pegando os bagulho ou ela tá te passando, é justamente o momento que você tem que colocar uma maior pressão, entrar na mente mesmo, porque ela vai sempre pensar em alguma coisa pra conseguir reagir, fugir, meter o pé. É o instinto dela. Se você não pressionar, não der uma pressãozinha, ela vai querer sair, fugir de algum jeito. Tu tem que se ligar que aí ela já teve algum tempo pra pensar, teve tempo pra imaginar, se ela for inteligente, é claro, ela teve tempo. E tem gente que pensa rápido, filho, que pensa mais rápido que tu. Então é aí mesmo que tu tem que trabalhar a mente, sufocar mesmo, botar um terrorzinho, fazer de tudo que tu pode pra impedir qualquer bagulho errado, entendeu?

Fase 5: a evasão e o retorno à normalidade

Uma vez realizada a transferência de bens, entra-se enfim na quinta e última fase do assalto. O assaltante adota a perspectiva da vítima, agora, para saber de que forma ele pode evadir-se de cena, evitando que o seu caminho seja visto ou possa ser retrçado por ela. Sua empatia tática se volta para os termos da segunda fase tratada na tipologia apresentada neste presente artigo: trata-se de enganar, ludibriar a vítima, tirando dela qualquer possibilidade de antecipação em relação ao local em direção ao qual ele, o assaltante, vai seguir.

— É, na hora que a pessoa te entrega a parada que tu quer, então, o que tu faz? Ou tu manda ela ficar quieta, não olhar pra trás, ameaçando que, se ela fizer, se ela virar o rosto, tu vai furar ela todinha; ou então, você fica por algum tempo ali e manda ela seguir em linha reta, sem olhar pra trás. Nesse meio tempo, você mete o pé.

— Cara, sempre gosto de andar um pouco rápido, mas sem correr, pegar o primeiro ônibus que passar. Desço três, quatro, pontos depois, e pego mais um. Desço depois de quatro outros pontos. Ninguém mais te acha.

Assim, o que importa é que todo o “quadro” (GOFFMAN, 1986) construído pelo assaltante para instituir a situação de assalto, toda a empatia tática que ele mobilizou para fazer o outro entender os termos da transação do assalto — a vida ou a integridade física em troca do bem pelo

assaltante desejado — agora deve ser desfeito. Tudo deve voltar, o mais rápido possível, à situação de normalidade. Uma vez em posse do bem roubado, o objetivo do assaltante é voltar à situação original, antes do anúncio do assalto. Ele próprio deve buscar retornar à condição de anonimato na multidão, reproduzindo comportamentos padronizados ajustados às expectativas do outro generalizado do coletivo social mais abrangente no qual ele e a vítima estão inseridos.

O assaltante então procura retornar a um curso de ação que, nos termos de Goffman, faz apelo a “linhas ocultas” (1971, p. 293), mas agora não tanto como na primeira etapa do assalto, cujo objetivo era criar uma zona de opacidade em relação à sua real intenção. De modo distinto, suas linhas ocultas devem criar uma zona de obscuridade e opacidade em relação a qualquer vínculo anterior com a situação ocorrida há pouco tempo. Assumindo agora o ponto de vista não só da vítima, mas da comunidade como um todo, o assaltante deve evitar que o seu corpo, na medida do possível, evidencie traços de tensão e nervosismo. Se necessário, o mesmo deve ocorrer em relação a possíveis traços fisicamente visíveis, em caso de luta física, como camisa rasgada, machucado ou mancha de sangue.

O que o assaltante busca, nessa última fase, é se esforçar para se colocar em uma posição estratégica para evadir-se e, como eles repetem, “sumir do mapa”. Assaltantes costumam dizer que, nesse momento, o seu principal inimigo é não a vítima, mas sobretudo a paranoia (cf. BOLTANSKI, 2012, pp. 240-310). A tensão, a tonalidade afetiva do momento crítico, própria à situação do assalto, tende a permanecer por mais algum tempo, ainda que por vezes de modo injustificado, quando não há perseguição ou qualquer vestígio efetivo de que a vítima o está perseguindo. Os assaltantes costumam dizer que, mesmo depois de uma fuga bem-sucedida, não têm nunca uma garantia de que alguém pode ter visto ou mesmo uma câmera de algum lugar possa ter registrado a cena. Por isso, mesmo durante certo tempo após o assalto (em alguns casos semanas e meses), é frequente que assaltantes se sintam perseguidos ou acreditem que alguém que os olha na rua, por qualquer razão que seja, saiba algo a respeito do que ocorreu.

Conclusão

Neste artigo procurei, a partir de entrevistas com assaltantes que atuam na cidade do Rio de Janeiro, discutir aquilo que Carolina Grillo definiu como “tecnologia do roubo” (GRILLO, 2013, pp. 160-172). A análise foi inspirada na abordagem de George Herbert Mead (1932) sobre a adoção da perspectiva do outro e na noção de “empatia tática”, tal como trabalhada por Bubandt e Willerslev (2014). Tudo o que desenvolvi como modos de adoção da perspectiva do outro e de exercício da empatia tática nas cinco fases do assalto identificadas junto a meus interlocutores pode ser visto

como expressões da “socialidade”, tal como Mead a definiu certa vez: a “capacidade de ser várias coisas ao mesmo tempo” (*the capacity to be several things at once*) (MEAD, 1932, p. 63).

Espero, com o artigo, ter sido capaz de oferecer elementos empíricos e ferramentas teóricas e conceituais que ajudem na elaboração de uma agenda de estudos dos mecanismos psicológicos mobilizados por pessoas, de modo geral, e assaltantes, em particular, para “capturar” ou simplesmente dobrar o outro à sua vontade. Com isso, tive também por objetivo contribuir para um entendimento mais alargado de elementos que compõem aquilo que Machado da Silva (2004) chamou de “representação da violência urbana”. Fiz isso, contudo, em um escopo bem delimitado e que, por falta de melhor termo, chamo de pragmático e fenomenológico. Assim, busquei, por meio de uma espécie de descrição pragmática das relações de captura que envolvem o assalto, iluminar aspectos da violência urbana a partir do ponto de vista da experiência de alguns de seus protagonistas que, no caso deste texto, são aqueles que praticam assaltos.

Notas

¹ Aqui, como veremos adiante, trato “mente”, a partir do ponto de vista dos assaltantes, como um conceito fundamentado em comportamentos recorrentes, frequentemente explicitados discursivamente como modos de estruturação de ações concretas e raciocínios antecipatórios que vislumbravam perceber as vulnerabilidades do outro.

² Contrariando as traduções francesa e espanhola que traduzem *mind* como espírito, opto pela palavra “mente”, que, no português, atende ao sentido demandado. Mas é importante deixar claro que a noção de mente de Mead não pode ser concebida, de modo algum, como sinônimo de cérebro.

³ Para dar outro exemplo, agora do próprio Mead, quando alguém eleva o seu punho para uma outra pessoa, esta assume não apenas que a primeira está aborrecida, mas também que tem alguma ideia subjacente ao gesto. O cachorro que rosna não está consciente do significado de seu rosno; ele não pode assustar a si mesmo, mas, em vez disso, pode assustar um outro cachorro. Por outro lado, é concebível que eu posso assustar a mim mesmo, tanto quanto o outro, quando uso um símbolo significativo que se destina a assustar, porque o símbolo significa o mesmo para mim tanto quanto para o outro, e cada um de nós está consciente desse significado ao mesmo tempo.

⁴ Sou consciente de que, no Rio de Janeiro e em outras metrópoles, a expectativa de assalto faz parte da rotina das pessoas. Para mais informações, ver o artigo de Vittorio Talone (2018).

⁵ Em todo caso, para os propósitos do presente artigo, descreverei a situação de assalto não tanto do ponto de vista da vítima, mas do assaltante.

⁶ Designação de uma peça de armas de fogo responsável por propiciar energia para o impacto contra a espoleta do cartucho, de modo a acender o propelente.

Referências

- ABOULAFIA, Mitchell. **The Mediating Self: Mead, Sartre, and Self-Determination**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- ARAUJO SILVA, Marcella Carvalho. **A transformação da política na favela: Um estudo de caso sobre os agentes comunitários**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOLTANSKI, Luc. **Énigmes et complots: Une enquête à propos d'enquêtes**. Paris: Gallimard, 2012.
- BUBANDT, Nils; WILLERSLEV, Rane. "The Dark Side of Empathy: Mimesis, Deception, and the Magic of Alterity". **Society for the Comparative Study of Society and History**, vol. 57, n. 1, pp. 5-34, 2014.
- BUBANDT, Nils. "From the Enemy's Point of View: Violence, Empathy, and the Ethnography of Fakes". **Cultural Anthropology**, vol. 24, n. 3, pp. 553-588, 2009.
- CAMINHAS, Diogo; BEATO, Cláudio. "‘Todo ladrão vai trabalhar com a sua mente’: O uso da força e de armas nos assaltos em Belo Horizonte, Minas Gerais". **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, pp. 645-667, 2020.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. "A captura como experiência: Investigações pragmáticas e teorias do poder". **RBCS**, vol. 32, n. 95:e329504, 2017.
- COOK, Gary A. **George Herbert Mead: The Making of a Social Pragmatist**. Urbana: University of Illinois Press, 1993.
- DEWEY, John. "Prefatory Remarks". *In*: MEAD, George Herbert. **The Philosophy of the Present**. La Salle (IL): Open Court, 1932.
- DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: A história do autismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- GELL, Alfred. "Vogel's Net: Traps as Artworks and Artworks as Traps". *In*: GELL, Alfred. **The Art of Anthropology: Essays and Diagrams**. Londres: The Athlone Press, 1996.
- GOFFMAN, Erving. **Relations in Public: Microstudies of the Public Order**. Nova York: Basic Books, 1971.
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da vida no crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JAMES, William. **Pragmatism and the Meaning of Truth**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2000.
- KATZ, Jack. **Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil**. Nova York: Basic Books, 1988.

- LATOURE, Bruno. “Whose Cosmos, Which Cosmopolitics? Comments on the Peace Terms of Ulrich Beck”. **Common Knowledge**, vol. 10, n. 3, pp. 450-462, 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.
- MCVEIGH, Ryan. “Mead, the Theory of Mind, and the Problem of Others”. *In*: JOAS, Hans; HUEBNER, Daniel R. (orgs). **The Timeliness of George Herbert Mead**. Chicago: University of Chicago, 2016, pp. 209-230.
- MEAD, George Herbert. **The Philosophy of the Present**. La Salle (IL): Open Court, 1932.
- MEAD, George Herbert. **Mind, Self, and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MEAD, George Herbert. **The Philosophy of the Act**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.
- PRADO, Sophia. “Vivendo o roubo: Um momento de adrenalina, deleite e performance”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, pp. 669-690, 2020.
- QUÉRÉ, Louis. “Towards a Social Externalism”. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy** [on-line], vol. III-2, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ejpap/829>
- SCHUTZ, Alfred. “On Multiple Realities”. *In*: NATANSON, Maurice (org). **Collected Papers I**. Phaenomenologica (Collection Publiée Sous le Patronage des Centres d’Archives-Husserl), vol. 11. Dordrecht: Springer, 1962, pp. 207-259.
- TALONE, Vittorio. “Evitação e afastamento como dispositivos morais da gramática da desconfiança: Uma leitura pragmatista do deslocamento urbano pela ‘violenta’ cidade do Rio de Janeiro”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 1, pp. 153-172, 2018.
- WILLERSLEV, Rane. **Soul Hunters: Hunting, Animism, and Personhood among the Siberian Yukaghirs**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DIOGO SILVA CORRÊA (dioscorrea@gmail.com)

é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade de Vila Velha (UWV, Vila Velha, Brasil). Coordena o Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (Labemus) e é pesquisador associado do Centre d’Études des Mouvements Sociaux (Cems), da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS, Paris, França). É doutor em sociologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales e pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), em um regime de cotutela.

 <https://orcid.org/0000-0002-5932-7599>

Recebido em: 05/02/2020
Aprovado em: 08/04/2020